

CAPITALISMO TARDIO

JOÃO MANOEL CARDOSO DE MELLO

Editora Brasiliense, 1982, São Paulo

O Capitalismo Tardio é um ensaio sobre a emergência do modo especificamente capitalista de produção no Brasil. É uma análise do capitalismo brasileiro e da sua especificidade. É uma crítica do pensamento da CEPAL a partir de alguém que foi por ela formado. É um livro marcante na bibliografia sobre a economia brasileira pelo seu caráter crítico e global. Pelo conhecimento que revela da extensa bibliografia sobre o assunto e pela capacidade de manejar o instrumental econômico para tentar uma reinterpretação da economia brasileira.

Por essas razões e provavelmente porque veio atender a uma necessidade do mundo intelectual brasileiro, esta tese marcou época. Para alguns significa a base do "pensamento de Campinas", na medida em que seu autor foi um dos fundadores do Departamento de Economia da Universidade de Campinas, e uma alternativa ao pensamento da CEPAL.

Na verdade, este livro retrata a crise das esquerdas nos dez anos aproximadamente que se seguem ao golpe de Estado de 1964.

Diante da grande derrota das esquerdas então ocorrida, era preciso reinterpretar o Brasil. Era preciso criticar o Partido Comunista, o ISEB e a CEPAL, que até então haviam estabelecido as bases para o pensamento da esquerda no Brasil. Era preciso criticar o pacto populista, através do qual as esquerdas se aliaram a uma hipotética "burguesia nacional", para lutar contra o imperialismo e realizar a industrialização do Brasil.

Diante dessa problemática havia duas alternativas. Uma era a de criticar o pensamento anterior sem negá-lo, mas procurando compreender os fatos históricos novos que, durante os anos cinquenta, mudaram o padrão de acumulação brasileiro e inviabilizaram o pacto populista. Especialmente era preciso entender de um lado o novo papel industrializante das empresas multinacionais e do Estado, consolidando o caráter industrial (ao invés de agrário) do Brasil, e de outro assinalar o acirramento da luta de classes que ganha maior impulso com a revolução de Cuba em 1959. Esses fatores consolidaram a burguesia industrial no Brasil, terminaram com o conflito entre a burguesia industrial e a agrário-mercantil exportadora, e estabeleceram as bases para o novo pacto político autoritário de 1964.

A outra alternativa, à qual grande parte da intelectualidade brasileira se filiou, era, ao invés de se concentrar nos fatos novos, criticar radicalmente as premissas de análise cepalina e isebiana, era negar importância à revolução de 1930, era negar que tivesse existido qualquer conflito de interesses entre a burguesia industrial e a burguesia mercantil cafeeira, era afirmar a origem inclusive social dos empresários industriais no café, era jogar o início do capitalismo industrial no Brasil para antes de 1930.

Em última análise, é essa a tentativa de João Manoel Cardoso de Mello em *O Capitalismo Tardio*. Sua revisão restringe-se apenas ao econômico. A revisão política e global já havia sido feita anteriormente por Caio Prado Jr. (*A Revolução Brasileira*), a revisão histórica do período colonial coubera a Fernando Novaes, e a da Revolução de 1930 a

Boris Fausto, a revisão sociológica da marginalidade foi feita por Lúcio Kowarick, e a revisão econômica do dualismo foi tentada por Francisco de Oliveira.

Embora já apareça na conclusão, a proposta fundamental de *O Capitalismo Tardio* é a de uma nova periodização para a economia brasileira, diversa da aceita pela CEPAL. Esta, entendida de forma ampla, dividia a história do Brasil em um período colonial, um período primário-exportador, entre 1808 e 1930, e um período de industrialização substitutiva de importações em duas etapas: a primeira, baseada na indústria leve, até os anos 50, e a segunda, baseada na indústria de bens de consumo durável e de bens de capital (que eu chamaria de "modelo de subdesenvolvimento industrializado") a partir de 1955. Nessa classificação, a formação social brasileira deixa de ser predominantemente mercantil (e para alguns "semifeudal") a partir de 1930. Seria ali a grande ruptura através da qual o capitalismo industrial se tornaria dominante e teríamos no Brasil o modo especificamente capitalista de produção, com a submissão não apenas formal mas também real do trabalho ao capital.

João Manoel discorda desta interpretação, decide colocar em segundo plano 1930 e privilegiar 1888, ou seja, o fim da escravidão. O modo capitalista de produção seria dominante no Brasil, ainda que formalmente, a partir de então. E a industrialização retardatária brasileira tem então início. 1930 é ainda significativo, mas muito menos importante do que 1888. A indústria tornava-se assim mera continuidade do café, de forma que "a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial". (p. 100)

E a periodização completa proposta por João Manoel fica, então, a seguinte: até 1808, "economia colonial"; de 1808 a 1888, "economia mercantil-escravista nacional"; de 1888 em diante, "economia exportadora capitalista-retardatária", subdividida em três fases: de 1888 a 1933, "nascimento e consolidação da grande indústria", de 1933 a 1955, "industrialização restringida", e de 1955 em diante, "industrialização gerada". (p. 176)

Essa exagerada importância dada à abolição da escravatura reflete um momento do pensamento brasileiro, quando era preciso reduzir a importância do conflito entre o capital industrial e o capital cafeeiro de origem mercantil. O capital industrial aparecera no Brasil desde meados do século passado, mas só alcança algum significado político e econômico a partir de 1930, ou seja, a partir da crise do capital cafeeiro, que João Manoel muito corretamente identifica com o capital mercantil. Empurrando historicamente para trás "o nascimento e consolidação da grande indústria", ou seja, do modo especificamente capitalista de produção, aquele conflito, que foi fundamental na história da industrialização brasileira até os anos cinquenta deste século, perde base nas relações de produção e pode ser assim negado.

Em um outro trabalho ("Seis Interpretações sobre o Brasil", em *Dados*, vol. 25 n.º 3, julho-setembro 1982) classifiquei este livro na "interpretação funcional-capitalista", ao lado de Caio Prado Jr., Fernando Novaes e Francisco de Oliveira. Denominei funcional-capitalista essa interpretação porque, quando admite formações pré-capitalistas ou capitalistas mercantis na sociedade brasileira, considera-as como perfeitamente funcionais para o capital industrial. Outra característica dessa interpretação, da mesma forma que a "interpretação da superexploração capitalista" e ao contrário da "interpretação da nova dependência", é reduzir a importância da Revolução de 1930.

Estes comentários revelam minha discordância em relação à interpretação sobre o surgimento do capitalismo no Brasil, de João Manoel Cardoso de Mello, mas não preterdem em absoluto negar a grande importância deste livro. Uma obra crítica, abrangente, de alguém que estudou e pensou profundamente a dinâmica do capitalismo brasileiro: uma obra indispensável para qualquer estudioso de economia e da sociedade brasileira.

Luiz Carlos Bresser Pereira

PROGRESSO TÉCNICO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA

JOSE GRAZIANO DA SILVA

Hucitec, 1981, São Paulo

O livro de José Graziano da Silva constitui-se em uma obra que o passar dos tempos certamente colocará como uma das análises clássicas da agricultura paulista e leitura obrigatória sobre o assunto. É um trabalho que incorpora seus conhecimentos agronômicos e sua formação enquanto cientista social na análise das complexas relações técnicas e sociais que resultam sintetizadas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira nos anos 60 e 70.

A seu ver, o progresso técnico na agricultura é a síntese do movimento de várias contradições que o capital enfrenta no processo de "industrialização da agricultura".

Ao nível das classes dominantes, no confronto entre a classe dos proprietários de terra e dos capitalistas, o progresso técnico é a forma concreta que o capital assume para limitar a parte da mais-valia social que seria apropriada pela classe dos proprietários. José Graziano da Silva utiliza-se da teoria da renda da terra de Marx para mostrar que o progresso técnico, que aparece ao nível da teoria da renda da terra consubstanciada na Renda Diferencial II, representa uma maneira de o capital superar a barreira representada pela propriedade fundiária. Funciona também como um mecanismo regulador do nível da renda da terra e, conseqüentemente, como o *locus* de expressão do resultado da luta entre a classe de proprietários de terras e a classe capitalista.

Uma outra faceta do progresso técnico é que, sob a direção da acumulação de capital, ele se coloca como a chave do processo de subordinação da terra e, por extensão, da própria Natureza. Nada mais é do que uma das facetas do próprio desenvolvimento do capitalismo: as forças da Natureza são colocadas a serviço do capital. No entanto, na agricultura juntam-se duas coisas que são desfavoráveis ao capital. Quando comparada com a indústria, a produção agrícola apresenta um maior período de produção — o ciclo produtivo das espécies vegetais em cultivo — e uma grande diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, o que acabaria resultando em um maior tempo de rotação do capital adiantado. Esta colocação permite ao Autor discutir as implicações econômicas e sociais dos diferentes tipos de técnicas agrícolas para os trabalhadores rurais. Dentro deste contexto o Autor discute os efeitos das inovações mecânicas, das inovações físico-químicas e das inovações biológicas no processo agrícola de produção.

Nos dois capítulos restantes Graziano da Silva analisa a industrialização da agricultura paulista e a adequação da força de trabalho a esse processo de industrialização.

O autor passa pela análise da evolução da estrutura da posse da terra e seus movimentos da valorização, que estão relacionados com três diferentes usos da terra: como meio de produção, como reserva de valor e como acesso a outras formas de riqueza.

Em seqüência à sua análise sobre a evolução da utilização improdutiva da terra segue-se a análise da utilização produtiva, onde as políticas agrícolas têm um papel fundamental. Demonstra que "as variações relativas na área ocupada com produtos agrícolas no Estado de São Paulo, especialmente a partir de 1967, se fazem por *substituição entre culturas*.

Não se trata, entretanto, de qualquer substituição mas, dos produtos considerados modernos (...), que deslocam os produtos tradicionais e em transição (...). Na verdade, não é apenas uma mudança de culturas, senão o que está sendo substituído são os próprios produtos: são as pequenas unidades familiares de baixo nível tecnológico que estão sendo expulsas pela grande produção mecanizada e empresarial". (p. 89) Esse processo de mudanças na base técnica da produção agrícola parece "estar hoje muito mais associada à sua articulação com a indústria do que com a sua destinação ao mercado interno e externo", (p. 90) onde o crédito rural tem sido peça fundamental deste processo.

Seu argumento quanto à adequação da força de trabalho é de que as relações de produção e de trabalho são simultaneamente condicionantes e condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Não há, portanto, uma adequação eminentemente técnica.

Passa então a analisar as alterações nas relações de trabalho na agricultura paulista análise que, a meu ver, é um avanço no conhecimento sobre agricultura e a estruturação do mercado de trabalho.

O aumento da sazonalidade do trabalho agrícola, síntese da mudança de cultivos, da tendência à monocultura e da mudança da base técnica está relacionado com uma mudança na composição da força de trabalho ocupada na agricultura paulista: há "um aumento relativo do número de trabalhadores assalariados, especialmente não-residentes e, dentre estes, de modo particular, dos trabalhadores volantes". (p. 126) Nos anos setenta, demonstra o Autor, houve "uma redução do nível geral de absorção de mão-de-obra na agricultura paulista, o que fez com que um contingente cada vez mais expressivo de trabalhadores rurais tivesse que procurar nas cidades uma forma de complementar sua ocupação anual". (p. 131)

O Autor conclui ainda que "o volante é o resultado desse processo de separação do trabalhador rural dos meios de produção, especialmente da terra, que já não é mais o seu 'laboratório de trabalho'." (p. 131)

Sua análise mostra especificidades entre os trabalhadores assalariados, podendo assim se distinguir o "bóia-fria permanente", os "bóias-frias eventuais ou esporádicos" e os "bóias-frias temporários", (p. 134) um avanço na análise do mercado de trabalho rural. O esforço de análise que Graziano da Silva desenvolve sobre o tema lhe permite chegar a duas conclusões finais que transcrevemos:

"Em resumo, a característica singular do trabalhador volante é que, apesar de ser um assalariado rural, tem o seu custo de reprodução determinado ao nível do setor urbano. (...) Ele personifica a união entre o proletariado rural e urbano na medida em que força a convergência dos custos de reprodução da mão-de-obra entre a agricultura e a indústria". (p. 139)

"Em resumo, não são apenas os trabalhadores volantes que seriam afetados com a mecanização da colheita dos principais produtos agrícolas nacionais. Também os assalariados temporários veriam reduzidas suas possibilidades de emprego, o que pode comprometer seriamente a reprodução social desse grupo de camponeses-operários". (p. 143)

A compreensão global do processo de tecnificação e das relações de trabalho na agricultura paulista é o resultado significativo desta obra. Como já afirmei, este livro é leitura obrigatória para os interessados e estudiosos dos problemas da agricultura brasileira.

Roberto José Moura